

IBGE

Setor de serviços cresce 0,1% em fevereiro

O volume de serviços do país cresceu 0,1% em fevereiro, em relação a janeiro deste ano. O resultado está relacionado a altas nas atividades de Informação e Comunicação (1,1%), com destaque para os serviços de TI e

Transportes (0,6%), influenciado pelo transporte rodoviário de cargas (0,9%), registrando patamar recorde da série histórica. Frente a fevereiro de 2025, o volume de serviços cresceu 0,5%, seu 23º resultado positivo conse-

cutivo. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 2,7%. Os dados constam da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PÁGINA 3**

NOVO PRESIDENTE

LUIZ ROBERTO/TSE



Kassio Nunes Marques é eleito para comandar TSE

O ministro Nunes Marques foi eleito ontem para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições. A posse está prevista para o final de maio. O mandato será de dois anos. Marques vai assumir o comando do TSE após o fim do mandato da atual presidente, ministra Cármen Lúcia, que completará dois anos à frente do tribunal no fim de maio. A votação foi simbólica porque a escolha do comando do tribunal é feita por antiguidade entre os ministros que também compõem o Supremo Tribunal Federal (STF). **PÁGINA 7**

ATAQUE AO STF

Relatório final da CPI do Crime Organizado é rejeitado no Senado

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado rejeitaram o relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que, entre outros pontos, pedia o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram seis votos contrários e quatro a favor do parecer. Com isso, a CPI encerra os trabalhos

sem um documento final. Antes da votação do relatório, o presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), criticou o fato de os trabalhos não terem sido prorrogados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). “Infelizmente, essa CPI não apresentou um resultado daquilo que nós almejamos. **PÁGINA 7**

Fachin repudia pedido para indiciar ministros



WILTON JÚNIOR/ESTADÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (foto), repudiou ontem o pedido de indiciamento de ministros da Corte pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado. Em nota divulgada à imprensa, Fachin disse que os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar

Mendes foram “indevidamente” mencionados no relatório final da comissão, que foi rejeitado pelo colegiado no início desta noite. “Desvios de finalidade temática dessas comissões, todavia, enfraquecem os pilares democráticos e ameaçam os direitos fundamentais de qualquer cidadão”, afirmou. **PÁGINA 7**

ELEIÇÕES 2022

Recontagem de votos não muda nada na Alerj

PÁGINA 5

2025

Fundos de pensão têm superávit de R\$ 17 bilhões

PÁGINA 2

PNE

RICARDO STUCKERT/PR



Lula sanciona Plano da Educação e critica escola cívico-militar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) sancionou ontem, o novo Plano Nacional da Educação (PNE), em solenidade no Palácio do Planalto. A lei estabelece o planejamento estratégico para a educação brasileira nos próximos dez anos para todos os níveis e etapas de ensino, da educação infantil à pós-graduação. Uma das medidas é a ampliação dos investimentos públicos em educação em até 10% do PIB no final do decênio. Durante a cerimônia, Lula afirmou que o Brasil não precisa ter escolas públicas com gestão cívico-militar. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,33% / 656,62 / 198.657,33 / Volume: 33.255.133.146 / Negócios: 4.091.030						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo			
Mais Negociados						Majores Altas		Majores Baixas		Taxa Selic		Dólar Ptax - BC			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Compra	Venda	Compra	Venda	
PETR4	47,88	-3,82	-1,90	BOBR4	1,44	+22,03	+0,26	MAPT4	3,10	-19,90	-0,77	14,75%	14,65%	4,9806	-0,87%
ITSA4	14,83	+0,82	+0,12	EQPA5	12,00	+19,28	+1,94	SEQL3	0,140	-12,50	-0,020	0,1712%	0,1712%	4,9928	4,9934
B3SA3	19,68	+2,18	+0,42	TPIS3	10,69	+18,91	+1,70	CEGR3	32,91	-11,22	-4,16	0,6721%	0,6721%	5,0135	5,1935
COGN3	3,28	+4,79	+0,15	AMER3	7,24	+15,65	+0,98	BRSR6	16,80	-11,16	-2,11				
BBD4	20,78	+0,92	+0,19	PMAM3	0,64	+14,29	+0,08	BRSR5	17,54	-7,68	-1,46				

MERCADOS



Bovespa se aproxima dos 200 mil pontos com 18º recorde no ano

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ficou bem perto de cumprir ainda em meados de abril a "profecia" dos 200 mil pontos - que diversas casas aguardavam para o fim do ano - ao tocar, ontem, os 199.354,81 pontos na máxima, estabelecendo assim novos recordes, tanto no intradía como para o fechamento, pela quinta sessão consecutiva. Ao fim, o Índice Bovespa (Ibovespa) marcava ontem 198.657,33 pontos, em alta de 0,33%, tendo saído de mínima na abertura aos 198.001,48 pontos.

Na semana, em duas sessões, o Ibovespa agrega 0,68% e, no mês, avança 5,97%, colocando o ganho do ano a 23,29%. O giro financeiro foi a R\$ 32,9 bilhões no pregão desta terça.

Com o prosseguimento da tendência de devolução de prêmios de risco, que foram sendo acumulados desde o início de março com a eclosão da guerra no Irã, o dólar permaneceu abaixo da linha psicológica de R\$ 5 pelo segundo dia, nesta terça a R\$ 4,9938, em leve recuo de 0,06% no fechamento do câmbio. O petróleo, por sua vez, cedeu 4,6% em Londres e em cerca de 7,9% em Nova York, considerando os contratos futuros mais líquidos do Brent e do WTI, pela ordem. Dessa forma, Petrobras destoou ontem do avanço observado entre as demais blue chips, com a ON em queda de 4,44% e a PN, de 3,82%, no encerramento da sessão na B3.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON subiu ontem 1,08% e os ganhos, entre as maiores instituições financeiras, chegaram a 2,55%, em Banco do Brasil ON. Na ponta ganhadora do índice, Cognata (+4,79%), Localiza (ON +4,47%, PN +4,67%) e Rumo (+4,19%). No lado oposto, além das duas ações de Petrobras, destaque também para Braskem (-2,58%) e Prio (-2,57%). Com a sessão desta terça, o Ibovespa estende a série de altas pela 11ª sessão, tendo renovado recordes em 18 ocasiões em 2026.

No fechamento da sessão de Nova York (Nymex) e ICE (Londres), o Brent para junho marcava nesta terça US\$ 94,79 e o WTI de maio, US\$ 91,28.

DÓLAR

O dólar recuou pelo quinto pregão consecutivo ontem, e voltou a fechar abaixo do nível de R\$ 5,00, embora tenha reduzido bastante o ritmo de queda à tarde em aparente movimento de ajuste técnico.

Após mínima de R\$ 4,9727 pela manhã, o dólar operou entre R\$ 4,98 e R\$ 4,99 durante a segunda etapa de negócios. Com máxima de R\$ 4,9953, a moeda americana terminou o dia em baixa de 0,06%, a R\$ 4,9938 - novamente no menor valor de fechamento desde 27 de março de 2024. O dólar já acumula desvalorização de 3,57% em abril, após alta de 0,87% em março. No ano, as perdas são de 9,02%.

EMPRÉSTIMO

Servidores: novas regras de consignado entram em vigor

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

As novas regras para operações de empréstimo consignado com desconto na folha de pagamento de servidores públicos federais entraram em vigor ontem.

A Portaria MGI nº 984/2026 foi publicada em fevereiro pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

De acordo com a pasta, a revisão tem o objetivo de tornar o processo mais seguro, transparente e eficiente para prevenir fraudes, golpes ou práticas abusivas contra servidores, aposentados e pensionistas do governo federal.

Adicionalmente, o limite de 30 dias para acesso aos dados dos usuários pretende evitar o assédio comercial por tempo indefinido e o vazamento de informações financeiras.

TRANSPARÊNCIA

Os interessados com vínculo com o Poder Executivo Federal poderão consultar as taxas máximas de juros e demais custos e encargos praticados pelas instituições financeiras para cada modalidade de operação de consignado.

Isso permite que servidores, aposentados e pensionistas comparem, de forma justa,

qual banco oferece a melhor proposta.

As informações deverão ser disponibilizadas diretamente no Portal do Servidor ou no aplicativo SouGov.br. Para acessar, é preciso entrar com o login e senha cadastrados na plataforma Gov.br

OUTROS DESTAQUES

Entre as principais atualizações, a nova legislação sobre os consignados com desconto em folha de pagamento do Executivo Federal determina:

- fim das autorizações genéricas. Agora, cada operação (um novo empréstimo, um saque no cartão ou uma compra específica) exigirá uma nova confirmação direta e individualizada do servidor ou aposentado no aplicativo SouGov.br;
- controle de cartões de crédito consignado. Cada uso de saque ou transação relevante precisará de uma validação expressa;
- portabilidade de consignação: esta operação não exige a transferência de valores da conta do servidor para terceiros, por exemplo, via Pix. A portabilidade ocorre diretamente entre as instituições que oferecem os empréstimos, sem a intermediação com terceiros.

RENTABILIDADE

Fundos de pensão registram superávit de R\$ 17 bi em 2025

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), conhecidas também como fundos de pensão, terminaram 2025 com superávit de R\$ 17 bilhões e rentabilidade média de 13,23%. O resultado é o melhor da série desde 2013, quando o sistema

registrou superávit de R\$ 18 bilhões. Os dados, divulgados ontem, são da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

De acordo com os dados, o resultado decorre da diferença entre R\$ 39 bilhões registrados em planos superavitários e R\$ 22 bilhões em planos deficitários.

“Os resultados de 2025 demonstram a resiliência e a consistência da previdência complementar fechada no Brasil. Mesmo em um ambiente financeiro desafiador, o sistema apresentou desempenho sólido, sustentado por práticas rigorosas de governança, gestão de riscos e visão de longo prazo”, destacou o presidente da Abrapp, De-

vanir Silva.

Os fundos de pensão administram cerca de R\$ 1,4 trilhão em ativos no Brasil. Constituídos na forma de sociedade civil ou de fundação, não têm fins lucrativos e operam planos de previdência privada destinados exclusivamente a empregados de uma empresa ou membros de associações profissionais.

MDIC

Novo ministro do Desenvolvimento apoia jornada de trabalho de 40h

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O novo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa (foto), ao tomar posse ontem manifestou apoio à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e afirmou que a pasta seguirá a orientação do governo federal sobre o tema.

“O governo apoia a ideia da redução da jornada de trabalho baseada numa necessidade que se impõe aos trabalhadores, melhoria da qualidade de vida. Essa é uma tendência no mundo inteiro”, disse o ministro após cerimônia de transmissão de cargo.

Segundo Elias, a pasta acompanha a diretoria do Executivo: “O MDIC apoia (a redução para 40 horas ou 5x2). Na medida em que apoia, obviamente segue a orientação do governo”.

A medida, segundo ele, ainda dependerá de diálogo com o setor produtivo e tramitação no Congresso Nacional.

CONCLUIR PROJETOS

Ao assumir o cargo, Márcio Elias indicou que a gestão terá como prioridade a conclusão de iniciativas em andamento, mantendo a linha adotada no governo.

“A nossa grande entrega para esse ano é a conclusão de todos os projetos que estão em andamento. Não é tempo de concebemos novos projetos estruturantes”, afirmou.

ANBIMA

Volume administrado por gestores de patrimônio cresce 7,45% em 2025

BRUNA CAMARGO/AE

O volume de investimentos administrados por gestores de patrimônio alcançou R\$ 542,3 bilhões em 2025, uma alta de 7,45% em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados ontem, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Do montante, a maior fatia (47%) ficou com a classe de renda fixa, que manteve a tendência de avanço registrada entre 2023 e 2024. A participação dessa classe na carteira dos gestores de patrimônio cresceu 2,5%

A renda fixa incluiu títulos públicos e privados, fundos de investimento em direitos creditórios

(FIDCs), cotas de fundos de renda fixa e poupança. Em volume financeiro, em 2025, a renda fixa tinha um total de R\$ 255,1 bilhões no portfólio dos investidores do segmento, 13,6% a mais que os R\$ 224,6 bilhões do ano anterior.

“O nível elevado da taxa básica de juros no Brasil e as incertezas econômicas ao longo de 2025 reforçaram as classes de renda fixa e de previdência, ao mesmo tempo em que sugeriram mais cautela para a renda variável e os produtos híbridos.

Nesse cenário, localmente, os números refletem a clonsistência da busca dos gestores de patrimônio por esta estratégia”, avalia Tatiana Itikawa, superintendente de

para a entrada em vigor do tratado entre Mercosul e União Europeia, prevista para 1º de maio.

“É importante que o setor privado esteja participando ativamente disso. É preciso que dê resultado e resultado logo”, afirmou o ministro.

Além disso, o governo busca avançar nas negociações com países como Canadá e México. “O Canadá é muito importante e estratégico para o Brasil, como é o México também. Tenho a expectativa de que até o final do ano a gente consiga evoluir”, disse.

Entre os principais eixos está a consolidação da política industrial por meio da Nova Indústria Brasil, considerada pelo ministro como motor de investimentos e do comércio exterior.

“O foco é a Nova Indústria Brasil, continuar atraindo investimentos estrangeiros ou nacionais para que a produção industrial continue”, disse.

“O mundo está exigindo uma atuação muito rápida na defesa comercial. Somos favoráveis à ‘taxa das blusinhas’ como forma de proteção sobretudo da indústria têxtil e de calçados”, afirmou.

Para atrair investimentos, Márcio Elias destacou a necessidade de garantir segurança jurídica, previsibilidade econômica e estabilidade política. “Tendo isso, o Brasil consegue atrair investimentos estrangeiros”, disse.

Representação de Mercados da Anbima.

Já a previdência registrou alta em relação ao total das carteiras, de 2,9% em 2024 para 3,2% em 2025. Essa classe alcançou um montante de R\$ 17,3 bilhões no fim de dezembro, o que representa um avanço de 18,5% sobre um ano antes. Houve queda de 2,7% (de 19,7% para 17%) no caso dos híbridos, classe que abarca cotas de fundos multimercados, fundos imobiliários e fundos de índice (ETFs, na sigla em inglês). Em montante de recursos nas carteiras, o recuo foi de 7,6% entre 2024 e 2025, de R\$ 99,7 bilhões para R\$ 92,1 bilhões.

A renda variável, correspon-

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O ministro também defendeu medidas de proteção à indústria nacional, como a manutenção de tarifas sobre produtos importados de baixo custo.

“O mundo está exigindo uma atuação muito rápida na defesa comercial. Somos favoráveis à ‘taxa das blusinhas’ como forma de proteção sobretudo da indústria têxtil e de calçados”, afirmou.

Para atrair investimentos, Márcio Elias destacou a necessidade de garantir segurança jurídica, previsibilidade econômica e estabilidade política. “Tendo isso, o Brasil consegue atrair investimentos estrangeiros”, disse.

INFRAESTRUTURA

Na agenda interna, o ministro apontou como prioridade a retomada do programa Redata, regime especial de incentivo tributário em troca de investimentos em data centers (centros de dados).

“O Redata faz esse papel de fomento ao investimento. Isso é uma agenda prioritária”, afirmou.

Segundo ele, a articulação com o Congresso será fundamental para avançar em projetos estruturantes e melhorar o ambiente de negócios no país. No fim de fevereiro, a Medida Provisória do Redata perdeu a validade. Os incentivos dependem da inclusão do tema em projeto de lei.

dente a ações, cotas de fundos de ações, clubes de investimento, cotas de fundos de investimento em participações (FIPs) e de fundos cambiais, ficou praticamente estável no volume total, com participação de 32,1%. Já em termos de volume financeiro, os produtos dessa classe fecharam o ano com crescimento de 7,2%, para R\$ 174,2 bilhões.

Entre os produtos de renda fixa que fazem parte das carteiras dos gestores de patrimônio, foram destaque em 2025 os fundos de renda fixa, mantendo uma tendência que já havia sido observada no ano anterior. A alta entre 2024 e 2025 foi de 24,4%, de R\$ 59,5 bilhões para R\$ 74 bilhões.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

IBGE

Setor de serviços registra avanço 0,1% em fevereiro

O volume de serviços do país cresceu 0,1% em fevereiro, em relação a janeiro deste ano. O resultado está relacionado a altas nas atividades de Informação e Comunicação (1,1%), com destaque para os serviços de TI e Transportes (0,6%), influenciado pelo transporte rodoviário de cargas (0,9%), registrando patamar recorde da série histórica.

Diante a fevereiro de 2025, o volume de serviços cresceu 0,5%, seu 23º resultado positivo consecutivo. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 2,7%.

Os dados constam da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista Luiz Carlos de Almeida Junior explica que os serviços de informação e comunicação foram os que mais impactaram o resultado na variação contra o mês imediatamente anterior e na variação contra o mesmo período do ano passado. “Esse protagonismo do setor de informação e comunicação vem se consolidando desde o período pós-pandemia, influenciando o ritmo do setor de serviços como um todo”, disse.

Segundo o IBGE, em fevereiro, três das cinco atividades investigadas na PMS cresceram. Além de Informação e Comunicação e Transportes, a outra ex-

pansão do mês ficou com os serviços prestados às famílias (1,4%), que se recuperou da perda de 0,5% registrada em janeiro e apresentou a taxa mais intensa desde março de 2025 (1,8%).

BAIXA

Em contrapartida, os serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,3%) registraram a terceira taxa negativa seguida, período em que acumulou uma perda de 0,7%. Também no campo negativo, os outros serviços (-0,4%) devolveram parte do ganho observado em janeiro (3,6%).

TRANSPORTES

Segundo Luiz Carlos, os

Transportes cresceram 0,6% na comparação com o mês anterior puxados de forma positiva principalmente pelo transporte rodoviário de cargas, atividades relacionadas a logística e armazenamento de cargas e o transporte metroferroviário de passageiros; e pelo lado negativo pelo transporte aéreo de passageiros.

“Ao analisarmos este mesmo tipo de comparação com uma ótica do tipo de uso vemos que na passagem de janeiro para fevereiro de 2026 o transporte de cargas mostrou um crescimento de 0,9%, enquanto o transporte de passageiros assinalou estabilidade (0,0%)”, explicou o analista da pesquisa do IBGE.

TECNOLOGIA

Petrobras investe em monitoramento sísmico em subsolo marinho

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Petrobras e os parceiros do Consórcio de Libra vão investir cerca de US\$ 450 milhões ou R\$ 2,2 bilhões, conforme o conversor de moedas do Banco Central, no que a petroleira classificou de “mais extenso” projeto de monitoramento sísmico mundial.

De acordo com a companhia, essa tecnologia permite, em termos simples, a realização de um ultrassom do subsolo marinho e, com isso, pode identificar as estruturas geológicas e movimentações de fluidos como óleo, gás e água.

Segundo a empresa, o sistema será responsável pelo monitoramento das atividades de produção de petróleo e gases nos FPSOs Guanabara (Mero 1) e Sepetiba (Mero 2). Os FPSOs são unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência, da sigla em inglês. Os primeiros dados serão coletados no segundo trimestre de 2026.

“O projeto inédito em águas profundas, trará dados que permitirão uma compreensão aprofundada do comportamento do reservatório e sua dinâmica ao longo do tempo. Isso permitirá um melhor gerenciamento, garantindo a máxima recuperação de petróleo dos reservatórios”, informou a Petrobras em nota.

CAMPO DE MERO

O comportamento do reservatório do campo de Mero, na Bacia de Santos, será monitorado por meio de uma infraestrutura submarina integrada por uma rede de sensores e instrumentos ópticos. “Mero é um dos principais campos produtores de petróleo do Brasil e está em fase de implantação dos projetos e expansão da produção”, afirmou a empresa, acrescentando que “em janeiro de 2026, a produção ultrapassou os 680 mil barris por dia na média mensal, “reforçando sua relevância no cenário nacional”.

Conforme a Petrobras, a instalação de uma rede deste tipo no leito marinho é chamada de Sistema de Monitoramento de Reservatórios Permanente ou PRM, na sigla em inglês.

“Ao otimizar o gerenciamento dos campos, a tecnologia maximiza a produção de óleo sem aumento relevante de emissões, contribuindo assim para redução da pegada de carbono”.

O projeto já está sendo realizado e a primeira fase, que corresponde à instalação de mais de 460 km de cabos com sensores ópticos, foi concluída em março deste ano. Essa quantidade de cabos cobre uma área de 222 km².

Já para a segunda fase está sendo feita a construção de mais 316 km de cabos sísmográficos. Eles vão cobrir outros 140 km² das áreas de produção dos FPSOs Duque de Caxias (Mero 3) e Alexandre de Gusmão (Mero 4). “Essa etapa será concluída no ano que vem”, disse a Petrobras.

Os dados coletados do subsolo marinho serão recebidos pelos computadores a bordo das plataformas, mas, com o andamento do projeto, a previsão é que sejam enviados, por meio de fibra óptica, para a sede da Petrobras.

Em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a companhia usará também a Inteligência Artificial para capturar informações continuamente do sistema PRM na área de Mero, “contribuindo com a pesquisa científica e segurança operacional do campo”.

Segundo a empresa, “o campo de Mero está localizada no Bloco de Libra, pertencente ao consórcio de mesmo nome, e é operado por ela em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda. Total Energies EP Brasil Ltda. CNPC, CNOOC Petroleum Brasil Ltda. e Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA que exerce papel de gestora do Contrato de Partilha de Produção e representa a União na área adjacente ao campo”.

2026

FMI corta previsão para economia global, mas eleva PIB do Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção de crescimento da economia global para 2026 e alertou para o risco de recessão caso a guerra no Oriente Médio se prolongue. Ao mesmo tempo, a instituição elevou a estimativa para o Brasil, impulsionado pela alta das commodities energéticas.

Segundo o relatório Perspectiva Econômica Mundial, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global foi revisado de 3,3% para 3,1% em 2026. A mudança reflete os impactos do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã sobre preços de energia, cadeias produtivas e confiança dos mercados.

Para o Brasil, a projeção foi elevada de 1,6% para 1,9% no mesmo período. De acordo com o FMI, o país tende a ser menos afetado que economias da Ásia, Europa e África e pode até se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia.

INFLAÇÃO

O FMI avalia que o cenário atual representa um risco maior para a economia global do que choques recentes, como a onda de tarifas comerciais dos Estados Unidos. Segundo o economista-chefe da instituição, Pierre-Olivier Gourinchas, a escalada no Golfo Pérsico pode ter efeitos significativamente mais graves do que o previsto.

No cenário considerado base, o conflito teria duração limitada, com preço médio do petróleo em torno de US\$ 82 por barril em 2026. Ainda assim, haveria desaceleração global.

Em um cenário mais adverso, com petróleo acima de US\$ 100 por barril até 2027, o mundo poderia se aproximar de uma recessão.

Já em uma hipótese mais severa, com preços chegando a US\$ 110 em 2026 e US\$ 125 em 2027, a inflação global ultrapassaria 6%, exigindo novos apertos monetários por parte dos bancos centrais.

BRASIL SE BENEFICIA

Apesar do ambiente externo mais desafiador, o Brasil aparece entre os poucos países com revisão positiva nas projeções. O FMI atribui esse movimento ao aumento das receitas com exportações de petróleo e outras commodities (bens primários com cotação internacional).

Ainda assim, o crescimento brasileiro segue moderado em comparação com outras economias emergentes. Para 2027, a previsão é de expansão de 2%, abaixo do estimado anteriormente, refletindo a desaceleração global, custos mais altos de insumos e condições financeiras mais restritivas.

O fundo destaca que fatores como reservas internacionais elevadas, menor dependência de dívida em moeda estrangeira e câmbio flutuante devem ajudar o país a enfrentar choques externos.

GRANDES ECONOMIAS

Entre as principais economias, os Estados Unidos devem

crescer 2,3% em 2026, com leve desaceleração em 2027. A zona do euro enfrenta um cenário mais desafiador, com crescimento projetado em cerca de 1,1%, pressionado pelos custos de energia.

A China deve ter expansão de 4,4% em 2026, enquanto o Japão mantém crescimento mais modesto, próximo de 0,7%.

ECONOMIA VULNERÁVEL

O FMI ressalta que as projeções consideram um cenário relativamente controlado para o conflito. Caso haja escalada mais intensa ou interrupções prolongadas no fornecimento de energia, os efeitos sobre crescimento, inflação e mercados financeiros podem ser significativamente mais severos.

O relatório indica que a economia global entra em um período de maior fragilidade, com maior sensibilidade a choques geopolíticos. Segundo o fundo, o desempenho melhor do Brasil aparece como um alívio pontual, dependente de fatores externos.

COMBUSTÍVEIS

Distribuidoras deverão informar margem de lucro semanalmente à ANP

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo informou, ontem, medidas adicionais que serão tomadas para conter a alta dos preços dos combustíveis, em razão do agravamento mais recente do conflito no Oriente Médio que tem afetado o mercado de petróleo em todo o mundo.

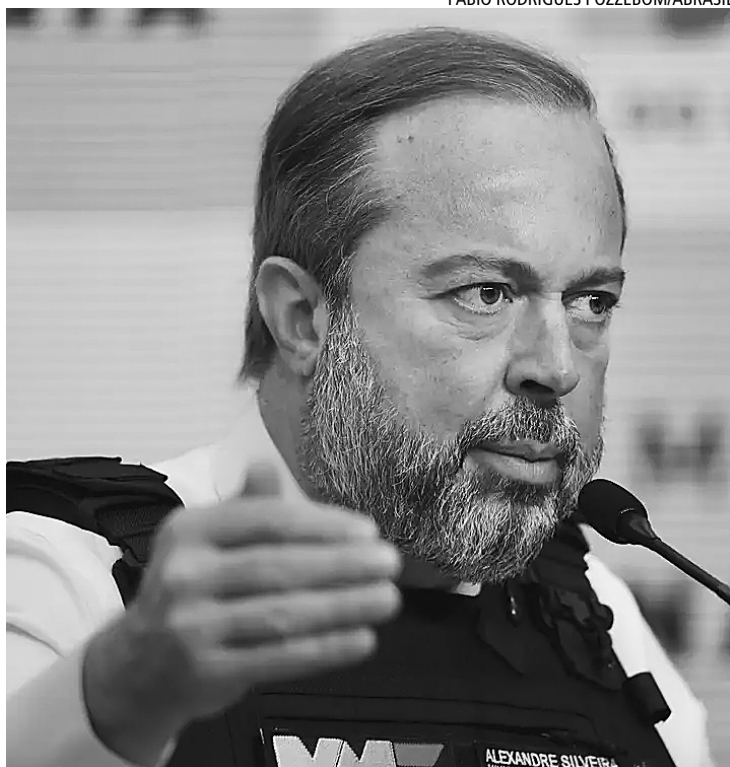
De acordo com os ministérios da Fazenda, Minas e Energia e Orçamento, além da Secretaria Nacional do Consumidor, serão publicados três decretos para regulamentar a subvenção ao diesel e ao GLP, o gás de cozinha.

O primeiro está voltado às distribuidoras beneficiadas pelos subsídios, que deverão informar, semanalmente, sua margem de lucro à Agência Nacional do Petróleo (ANP). Outra medida diz respeito a procedimentos e prazos que terão de ser cumpridos pelos estados que aderirem a proposta do governo de subsídio ao diesel.

Na avaliação do governo, as medidas adotadas até o momento já tiveram um impacto positivo.

O ministro interno da Fazenda, Rogério Ceron, ressaltou o diálogo feito com os governadores para dar uma resposta à crise.

“Os preços estão estabiliza-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

dos e os suprimentos estão garantidos. A oferta está 25% acima da demanda. O povo pode ficar tranquilo porque não faltará combustíveis e os preços ficarão estáveis”, afirmou Ceron.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), salientou a importância das medidas para impedir que distribui-

dores comercializem combustíveis subsidiados sem apresentar as margens de lucro semanalmente à ANP.

“A população será fiscal neste momento”, disse Silveira.

O Secretário Nacional do Consumidor, Ricardo Morishita Wada, destacou que 8.226 postos de combustíveis foram fisca-

lizados nas operações recentes e 378 investigações foram abertas contra distribuidoras.

“Quem aumentou preços apesar dos recursos públicos, já está sendo monitorado. Dessa forma, evitaremos abusos”, afirmou.

O ministro interno da Fazenda, Rogério Ceron, ressaltou o diálogo feito com os governadores para dar uma resposta à crise.

“Os preços estão estabilizados e os suprimentos estão garantidos. A oferta está 25% acima da demanda. O povo pode ficar tranquilo porque não faltará combustíveis e os preços ficarão estáveis”, afirmou Ceron.

Os decretos serão publicados na quarta-feira (14) no Diário Oficial da União e irão estabelecer prazo de adesão dos estados às medidas, que será até 24 de abril.

GLP

O terceiro decreto visa amenizar os efeitos do aumento de custo do GLP para a população. Os cálculos do governo indicam um impacto previsto de R\$ 300 milhões na cadeia de produção. As medidas farão o remanejamento orçamentário necessário para mitigar os efeitos desse impacto na cadeia.

Nota

FRETE: JUSTIÇA SUSPENDE MULTAS DA ANTT SOBRE PISO MÍNIMO ESTABELECIDO POR MP DO GOVERNO

A Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar a duas empresas para suspender multas e autos de infração aplicados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com base na política de piso mínimo de fretes. De forma inédita, a decisão também determinou que a agência deixe de aplicar medidas fundadas na Medida Provisória nº 1.343/2026, que instituiu regras mais rígidas em caso de descumprimento do piso mínimo de frete rodoviário. A decisão beneficia a Bombril, fabricante de produtos de limpeza, e a transportadora BB Logística. A MP, entre os pontos, define a obrigatoriedade do Código Identificador da Operação de Transporte, que passa a ser exigido antes da realização de qualquer frete. Além disso, as multas previstas chegam a R\$ 10 milhões e com possibilidade de suspensão ou cancelamento do registro de transportadoras. O juiz Carlos Alberto Loverra, da 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo, entendeu que “o perigo de dano é grave e atual, demonstrando as autoras acumularem 247 autuações geradas pelo sistema automatizado desde outubro de 2025, totalizando passivo superior a R\$ 129 mil”, diz. Ele alega, ainda, que a MP editada em março deste ano agravou ainda mais o quadro. “Os danos decorrentes - paralisação de operações logísticas, impedimento de emissão de documentos fiscais, eventual cancelamento do registro de transporte - são de difícil ou impossível reversão posterior”, diz Loverra na decisão.

CLUBE ESPORTIVO SUZANO COSTA - CESC

CNPJ nº 36.278.306/0001-51
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 25/04/2026
 Prezados Associados, O Presidente, no uso de suas atribuições legais, convoca para Assembleia Geral Extraordinária do Clube Esportivo Suzano Costa - CESC, CNPJ nº 36.278.306/0001-51 - Matrícula RCPJ nº 285.058, que se realizará no dia 25 de abril de 2026 às 14:00 horas, em primeira convocação, e em segunda convocação às 16:00 horas em sua sede na Rua das Enfermeiras nº 300, Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 23.032-220, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1) Eleição e posse da Diretoria para o mandato com término em 13/09/2029; 2) Alteração do Estatuto. Sem mais para o momento. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026. Misael de Mello dos Santos - Diretor presidente.

JBC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1
Edital de Convocação de Reunião de Sócios - Aprovação de Contas
 Convocamos, em primeira oportunidade, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. para se reunirem no dia 29 de abril de 2026, às 10:00hs (dez horas), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência Google Meet, através do link: <https://meet.google.com/cid-ghwa-wnw>, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) aprovação das contas dos administradores referentes ao exercício de 2025; (iii) deliberação acerca da destinação do resultado do exercício. OBS.: As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 encontram-se à disposição dos sócios, para exame e esclarecimentos, na sede da Sociedade, desde a data da convocação, nos termos da legislação aplicável, podendo ser previamente consultadas por qualquer sócio mediante solicitação. Duque de Caxias, 13 de abril de 2026. José de Bastos Martins - César de Bastos Martins.

DESASTRES

Defesa Civil celebra 50 anos e investe R\$ 195 milhões em prevenção

PABLO JACOB GOVERNO DO ESTADO DE SP



O Governo de São Paulo anunciou, ontem, um pacote de cerca de R\$ 195 milhões para reforçar ações de proteção e defesa civil em todo o estado. Durante solenidade no Palácio dos Bandeirantes, que marcou os 50 anos da Defesa Civil do Estado, foram autorizados repasses para ampliação do monitoramento meteorológico, com a aquisição de novos radares, a execução de obras de prevenção a desastres, a entrega de viaturas e caminhões-pipa, além de investimentos em tecnologia, pesquisa e fortalecimento das defesas civis municipais.

Entre os principais anúncios, está a destinação de R\$ 110 milhões para mais oito radares meteorológicos, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a SP Águas, fortalecendo a capacidade de previsão e emissão de alertas em todo o território paulista. Guarujá, Ilhabela, Ilha Comprida, Itanhaém, Itapetininga, Pirassununga e Ubatuba recebem os novos radares. "Isso significa melhorar a precisão e a velocidade das nossas previsões para conseguirmos estruturar as nossas comunidades para agir com velocidade. Estamos usando a tecnologia a nosso favor para salvar vidas", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Tarcísio destacou ainda o papel estratégico das obras de menor porte nas infraestruturas regionais. "A Defesa Civil tem se notabilizado por intervenções de engenharia que chegam a todos os lugares. Muitas vezes falamos das grandes obras, como as linhas de Metrô e o Rodoanel. Mas são obras como pontes que garantem a mobilidade e a sobrevivência do pequeno produtor rural. São essas obras que vão fazer com que o aluno da zona rural chegue à escola", disse.

O evento reuniu ainda a primeira-dama Cristiane de Freitas, o vice-governador Felício Ramuth, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado André do Prado, e o reitor da Universidade de São Paulo, professor Aluísio Augusto Cotrim Segurado, o coordenador estadual da Defesa Civil, coronel PM Rinaldo de Araujo Monteiro, além de coordenadores regionais e municipais de Defesa Civil.

Também foi autorizada a contratação de 40 novas obras de defesa civil, somando mais de R\$ 47,6 milhões em investimentos, além da inauguração de 12 obras já concluídas, voltadas à redução de riscos em áreas vulneráveis e ao aumento da resiliência dos municípios, com R\$ 7,6 milhões já aplicados.

O pacote inclui ainda a parceria entre a Defesa Civil e o Fundo Social do Estado para a compra de 38 caminhões-pipa, com investimento superior a R\$ 19,7 milhões, além da formalização de convênios com municípios para aquisição de equipamentos e veículos, com recursos provenientes de emendas impositivas, no valor de R\$ 1,35 milhão, ampliando a capacidade de resposta local.

O governo também investiu R\$ 7,8 milhões na entrega de 34 novas viaturas, equipadas com kits de combate a incêndio, além de 6 caminhões-pipa, reforçando a Operação SP Sem Fogo, diante da previsão de estiagem mais severa neste ano.

Com foco na prevenção, a

Defesa Civil anunciou ainda R\$ 1,2 milhão para a contratação de dois novos mapeamentos de risco para São Sebastião, no litoral norte. Desde 2023, já foram investidos R\$ 13,5 milhões nessa área, três vezes mais do que no período entre 2004 e 2022.

RECONHECIMENTO

A solenidade também foi marcada por homenagens a agentes que atuaram em ocorrências de grande impacto, como a equipe da Defesa Civil de São Sebastião, reconhecida pela atuação no resgate de vítimas durante a tragédia de 2023 no Litoral Norte.

Outro destaque foi o lançamento do fotolivro dos 50 anos da Defesa Civil, que resgata a trajetória da instituição desde sua criação, em 1976, até os avanços mais recentes, com foco na prevenção, inovação e integração entre os entes públicos.

O evento também contou com a outorga da Medalha Cinquentenária da Defesa Civil, que reconhece os serviços de autoridades e personalidades civis e militares para proteção da população.

Entre os homenageados estão o governador Tarcísio de Freitas, a primeira-dama Cristiane de Freitas, o vice-governador Felício Ramuth, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado André do Prado, e o reitor da Universidade de São Paulo, professor Aluísio Augusto Cotrim Segurado.

"A Defesa Civil de São Paulo chega aos 50 anos vivendo o maior ciclo de transformação da sua história. Estamos ampliando investimentos, incorporando tecnologia e fortalecendo os municípios para agir cada vez mais antes que o desastre aconteça. Nosso compromisso é claro: salvar vidas por meio da prevenção, da integração e da informação", destacou o coronel Rinaldo de Araujo Monteiro, coordenador estadual da Defesa Civil.

PARCERIA

Durante a solenidade, a Defesa Civil do Estado de São Paulo firmou parceria com a Natura para a criação e fortalecimento de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) em áreas vulneráveis. A iniciativa une a mobilização da rede de consultoras e colaboradores da empresa com a capacitação técnica da Defesa Civil, ampliando a atuação comunitária na prevenção e resposta a eventos climáticos extremos.

A parceria contará ainda com o uso de inteligência de dados, a partir do Índice de Vulnerabilidade Socioclimática (IVSC), aliado às informações de áreas de risco mapeadas pelo estado, permitindo direcionar ações para os territórios mais suscetíveis e fortalecer a resiliência das comunidades.

SOBRE A DEFESA CIVIL

A Defesa Civil paulista completa cinco décadas consolidada como uma das principais estruturas de proteção à vida no país. Vinculada ao Gabinete do Governador, atua de forma integrada com municípios, secretarias e instituições parceiras na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres naturais e tecnológicos, com foco na redução de riscos e no fortalecimento da resiliência das comunidades.

SEGURANÇA PÚBLICA

Roubos a residências caem 35% na capital e Grande SP

GOVERNO DO ESTADO DE SP

Os roubos a residências registraram queda expressiva na capital paulista e na Grande São Paulo no início deste ano. De acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP), nos dois primeiros meses de 2026, foram contabilizados 84 casos, contra 130 no mesmo período de 2025, uma redução de 35,3%.

Os furtos a residências também apresentaram recuo relevante na região, passando de 1.308 para 935 ocorrências no comparativo, uma diminuição de 28,5%. No estado de São Paulo, a tendência de queda se mantém: os furtos caíram 26,5% (de 6.213 para 4.564) e os roubos recuaram 28,5% (de 379 para 271).

O resultado é atribuído à intensificação das ações integradas entre as polícias Civil e Militar, com foco tanto na prisão de autores quanto na desarticulação das cadeias de receptação.

Segundo o delegado Fábio Sandrin, da 4ª Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Disccpat), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), o enfrentamento a esse tipo de crime ocorre em duas frentes principais. "As ações são intensificadas tanto na identificação e prisão dos autores quanto no rastreamento dos criminosos envolvidos na receptação dos produtos roubados. A partir das investigações, conseguimos mapear o modus operandi, identificar reincidências, veículos utilizados e, assim, chegar a toda a rede criminosa", explicou.

De acordo com o delegado, a análise de dados extraídos de celulares apreendidos tem papel fundamental no avanço das investigações. "As prisões e apreensões de celulares alavancam muito o trabalho policial, pois permitem identificar outros envolvidos. Muitas vezes não conseguimos prender toda a



quadrilha de imediato, mas desarticulamos grande parte dela, que vai perdendo força até atingirmos todos os integrantes", afirmou.

A atuação rápida da Polícia Militar também tem sido determinante para coibir crimes em andamento. O coronel Alexandre Vilarício, comandante do Comando de Policiamento da Capital, destacou que o atendimento ágil às ocorrências faz a diferença. "A Polícia Militar atua de forma imediata assim que é acionada, intensificando o patrulhamento e ampliando a presença em áreas estratégicas. Essa resposta rápida, aliada ao trabalho investigativo da Polícia Civil, tem impacto direto na redução dos índices", disse.

Casos recentes demonstram a efetividade da atuação conjunta. Em 5 de março, cinco homens foram presos em flagrante por tentativa de furto a uma residência no bairro do Tatuapé, na zona leste da capital. Já no fim do mesmo mês, a Polícia Civil

deflagrou a Operação Refúgio Violado, que resultou na prisão de integrantes de uma quadrilha especializada em roubos a residências, com atuação no interior paulista.

Para a Polícia Civil, o trabalho contínuo de investigação tem permitido não apenas a elucidação dos crimes, mas também a recuperação de bens e a apreensão de armas utilizadas pelos criminosos. "Todas as ocorrências têm seu impacto, mas aquelas com grande quantidade de apreensões e objetos recuperados chamam atenção e demonstram a efetividade do trabalho policial", completou Sandrin.

'MINOTAURO'

A Polícia Civil prendeu no dia 8 três integrantes de uma quadrilha especializada em roubos a residências na capital paulista. A ação foi realizada por equipes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), com detenções em Paraisópolis,

na zona sul, e em Embu das Artes, na Grande São Paulo.

Segundo as investigações da 4ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Disccpat), os suspeitos integram o grupo criminoso liderado por um homem conhecido como "Minotauro", apontado como um dos principais autores de roubos a casas na cidade. Ele foi preso pelo Deic em setembro do ano passado.

Os detidos exerciam funções estratégicas na organização, como fornecimento de armas, receptação de joias e monitoramento dos imóveis alvos. Durante as diligências, foram apreendidos veículos, dinheiro em espécie, relógios, celulares e outros objetos, além de uma pistola com numeração suprimida e munições.

Desde a prisão do líder, as investigações foram intensificadas, resultando na identificação e captura de outros integrantes do núcleo operacional da quadrilha.

MP-SP

Tarcísio reconduz procurador Paulo Sérgio à chefia do Ministério Público

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) nomeou ontem, Paulo Sérgio de Oliveira

e Costa para seu segundo mandato consecutivo de dois anos no cargo de procurador-geral de Justiça. Paulo Sérgio foi eleito no sábado passado, por seus colegas para continuar na chefia do

Ministério Público estadual.

Ele teve 1.305 votos, o triplo de seu oponente, Marco Antônio Ferreira Lima (456). O ato do chefe do Executivo foi publicado no Diário Oficial Eletrônico. Em 2024, Tarcísio já havia escolhido Paulo Sérgio para o topo do Ministério Público.

A indicação é uma atribuição constitucional do governador do estado. Ele pode nomear qualquer um da lista tripla eleita pela classe, independente da ordem de colocação no pleito. Desta vez, porém, apenas dois nomes concorreram, Paulo Sérgio e Marco Lima.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP; CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais emitidas pela IBE - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Titulares dos CRI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *walver* prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (xxviii) do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da IBE - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das cópias das demonstrações financeiras trimestrais auditadas da Devedora, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais, relativo a dezembro de 2023 (março, junho e setembro), dezembro de 2024 (março, junho e setembro) e dezembro de 2025; (ii) Caso aprovada a concessão de *walver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de 30 de abril de 2026, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; (iii) Aprovar a concessão de *walver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio do Relatório de Destinação dos Recursos, nos termos da Cláusula 4.7 e 4.7.1 das Notas Comerciais, referente: (i) novembro de 2023 e abril de 2024, (ii) maio a outubro de 2024, (iii) novembro de 2024 a abril de 2025, (iv) maio de 2025 a novembro de 2025, e (v) dezembro de 2025 a maio de 2026; (iv) Caso aprovada a concessão de *walver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da realização da presente assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; e (v) A autorização para que o Agente Fidejussório e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Famenor 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação e assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 14 de abril de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 22ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 22ª (vigesima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devedores por Cláudio Henrique de Santi, Cláudia Aparecida Pizzi de Santi, João Bosco de Santi, Valéria Arjona de Santi, Luis Carlos de Santi e Eleusa Cristina Malvestro de Santi" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do termo "Data de Cálculo" conforme definido na Cláusula 5.3 do Termo de Securitização, para que passe a constar como "Data de Aniversário", bem como, em todas as suas referências ao longo do documento; (ii) Aprovar a alteração da Cláusula 5.3, subitem (f) do Termo de Securitização, para que a redação passe a vigorar conforme abaixo: "5.3 (f) Caso a Data de Aniversário seja dia não útil, deve-se considerar para referência de cálculo o Dia Útil imediatamente posterior (por exemplo, se a Data de Aniversário for dia 5 e este dia for um domingo, a Data de Aniversário deve ser a segunda-feira dia 6, desde que este dia seja útil)."; (iii) Aprovar a retificação da alteração do Cronograma de Pagamentos, constante do Anexo II do Termo de Securitização, que foi incluída de forma incompleta no 2º Aditamento ao Termo de Securitização, conforme assinado, para que passe a vigorar nos termos do cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo deste Edital, bem como, no Anexo II do Ata de Assembleia ("Novo Cronograma de Pagamentos"). (iv) A autorização para que o Agente Fidejussório e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br e o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DE SANTI (22)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação e assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fidejussório. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo - <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissoa/22/1414297>

São Paulo, 11 de abril de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

ALERJ

TRE homologa recontagem de votos da eleição de 2022

DOUGLAS CORRÊA/A BRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) homologou, por unanimidade, ontem, o resultado da retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual nas eleições de 2022.

O procedimento foi feito por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 31 de março.

Com a retotalização, Carlos Augusto (PL), o delegado Carlos Augusto, foi eleito pelo Partido Liberal (PL), não havendo alteração na distribuição das cadeiras entre partidos e federação.

Na prática, com a nova contagem dos votos, o deputado

Carlos Augusto, que já vinha exercendo a vaga como suplente, assume a vaga efetiva de deputado titular, e Renan Jordy (PL) assume a cadeira de suplente.

Relator do processo, o presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, disse que não foi apresentada reclamação por partidos e federações contra o procedimento de retotalização.

O procedimento de retotalização foi motivado pela decisão do TSE que cassou o diploma do deputado estadual Rodrigo Bacellar, ex-presidente da Alerj.

A cassação aconteceu há uma semana no âmbito do processo que julgou o desvirtuamento da

destinação de recursos da Fundação Ceperj (Fundação de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do RJ) usada com finalidade eleitoral.

O TSE também declarou a inelegibilidade por oito anos do ex-governador Cláudio Castro, e do então presidente da Ceperj, Gabriel Rodrigues Lopes, além de Bacellar.

Com a recontagem dos votos, o presidente em exercício da Alerj, Guilherme Delaroli, convocou uma reunião para hoje, às 13h, do Colégio de Líderes para definir a eleição da nova presidência da Casa.

ANULAÇÃO

No final de março, a presi-

dente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Suely Lopes Magalhães, anulou a votação da Alerj que elegeu o deputado Douglas Ruas (PL) como presidente da Casa.

Na decisão, a magistrada considerou que o processo eleitoral só poderia ser deflagrado após a retotalização dos votos pelo TRE, conforme determinou o TSE, na decisão que cassou o mandato do então presidente da Alerj, deputado Rodrigo Bacellar.

A retotalização consiste em contabilizar os votos das Eleições 2022 para deputado estadual desconsiderando os votos recebidos por Rodrigo Bacellar.

MAPA

Governo abre consulta pública sobre genéricos e similares veterinários

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) abriu uma consulta pública, pelo prazo de 45 dias, para a minuta da Portaria 1.590/2026, que estabelece o regulamento técnico para registro de medicamentos genéricos e de similares intercambiáveis de uso veterinário.

A chamada para contribuições tem o objetivo de receber sugestões de melhorias e esclarecimentos do texto para uma futura legislação.

As sugestões devem ser tecnicamente fundamentadas e deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (Sisman), da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa.

É necessário estar cadastrado previamente no Solicitud.

A minuta da portaria estabelece distinções entre os tipos de medicamentos de uso veterinário:

- medicamento de referência: o medicamento registrado no Ministério da Agricultura e Pecuária e que possui eficácia e segurança comprovadas, de acordo com os requisitos estabelecidos em normas vigentes.
- medicamento genérico: identificado apenas pela Denominação Comum Brasileira (DCB), de cada princípio ativo. É expressamente proibido o uso de nome comercial.
- similar intercambiável: identificado por nome comercial, que foi registrado com base em estudos de comparabilidade com medicamento de referência indicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Este tipo não pode usar apenas a DCB ou Denominação Comum Internacional (DCI) da substância ativa como marca comercial do produto.

PORTARIA

De acordo com a portaria, a equivalência terapêutica ficará comprovada quando dois medicamentos equivalentes farmacêuticos possuírem a

mesma eficácia, segurança e período de carência, quando administrados na mesma dose e via de administração.

A comprovação de bioequivalência ou da equivalência farmacêutica deverá ser realizada por um laboratório reconhecido.

As compras governamentais de medicamentos de uso veterinário e as prescrições de medicina veterinária deverão adotar obrigatoriamente a denominação genérica do princípio ativo (Denominação Comum Brasileira - DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).

Nas aquisições de medicamentos, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.

Nas prescrições de medicina veterinária, é opcional o acréscimo do nome comercial ou da marca do medicamento.

As empresas que possuem produtos com nomes que usam a DCB/DCI, mas que não são genéricos, têm dois anos para alterar o nome comercial e retirar a denominação genérica da marca, a partir da publicação do texto final da portaria.

O Mapa também estabelece que todas as embalagens dos medicamentos genéricos devem ter a frase Medicamento genérico de uso veterinário.

EXCEÇÕES

A regulação da portaria do Ministério da Agricultura sob consulta pública não abrange os seguintes produtos de uso veterinário:

- produtos biológicos;
- fitoterápicos;
- derivados do plasma e do sangue;
- cosméticos veterinários;
- produtos com fins diagnósticos;
- radiofármacos; e
- gases medicinais.

Após a escuta da sociedade, em 29 de maio o Mapa fará a consolidação, análise e resposta das contribuições recebidas, em prazo a ser definido pela pasta.

CULTURA

Rio celebra encerramento da Capital Mundial do Livro

A Prefeitura do Rio realizou ontem, no Museu do Amanhã, a cerimônia de encerramento das atividades desenvolvidas ao longo do ano em que o Rio foi a Capital Mundial do Livro. O título, concedido pela Unesco, reconheceu a relevância da cidade na formulação de políticas públicas de incentivo à leitura e sua importância fundamental no cenário literário mundial.

“O Rio tratou o título de Capital Mundial do Livro não como um troféu de prateleira, mas como um motor de políticas públicas. Ao longo deste ciclo, fortalecemos a rede de bibliotecas, ampliamos o apoio a projetos de promoção da leitura, descentralizamos ações, levamos programação para diferentes territórios, apoiamos bibliotecas comunitárias, feiras, festivais, autores, editoras, livrarias e novas formas de mediação literária. Mas tudo isso, para mim, aponta para uma mesma direção: a institucionalização da leitura como política de longo prazo”, destacou o prefeito Eduardo Cavaliere (foto).

O evento contou com a presença do secretário municipal de Cultura, Lucas Padilha, do coordenador do projeto de Capitais Mundiais do Livro da Unesco em Paris, Paulo Guayasamim, e da coordenadora de Cultura da Unesco, Isabel de Paula.

“A Capital Mundial do Livro não acabou, ela não tem fim. Ela continua onde houver um leitor, na literatura e no sonho de construir uma cidade quem tem os seus saberes considerados o seu maior patrimônio”, disse o secretário de Cultura, Lucas Padilha.



IAGO CAMPO/ PREFEITURA DO RIO

A grande homenageada do evento foi a escritora Ana Maria Gonçalves, a primeira mulher negra a integrar a Academia Brasileira de Letras.

Na ocasião, foi entregue o relatório final de atividades dos últimos 12 meses. Cinco escritores contemplados no programa Rio de Escritores representaram os 70 autores reconhecidos pela ação de fomento, inédita e integrada à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), promovida pelo Governo Federal, pelo Ministério da Cultura e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

“Ao se tornar a primeira capital mundial do livro de língua portuguesa, o Rio de Janeiro contribui para que o programa da Unesco tenha ainda mais impacto em nível mundial. Ao longo de mais de duas décadas, as capitais mundiais do livro têm fortalecido políticas de leitura ampliando o acesso ao livro em territórios vulneráveis impulsio-

nando a economia criativa e criando redes internacionais de cooperação. Cada cidade contribui para um movimento global que reconhece o livro como instrumento de inclusão de diversidade e desenvolvimento humano. E o Rio de Janeiro ao cumprir seu ciclo passa a integrar essa rede internacional de cidades comprometidas com a cultura escrita”, disse Isabel de Paula, coordenadora de Cultura da Unesco.

Como legado do período, membros da sociedade civil entregaram um Plano Municipal de Leitura, com sugestões de políticas públicas e iniciativas para ampliar ainda mais a leitura no município. Na mesma ocasião, foi inaugurada a Livraria Janela, a primeira instalada em um equipamento cultural do Rio.

BIBLIOTECA DOS SABERES
Principal legado do Rio Capi-

tal Mundial do Livro, a Biblioteca dos Saberes teve novos detalhes revelados no evento. Projetada por Francis Kéré, vencedor do Prêmio Pritzker, o equipamento ocupará mais de 40 mil metros quadrados e se tornará uma das principais referências culturais da cidade nas próximas décadas.

“A Biblioteca dos Saberes não será apenas mais um equipamento cultural. Não será apenas uma biblioteca no sentido convencional. Ela nasce com uma ambição maior.

Ela será um símbolo da cidade que queremos construir: uma cidade que reconhece que o conhecimento não tem uma forma única, que a leitura não está presa a um suporte, que a inteligência de um povo também vive na oralidade, na memória, na experiência, na arte, no território e nas heranças culturais que atravessam gerações”, concluiu o prefeito.

ENDEMIAS

Ações de prevenção às arboviroses chegam em mais 15 bairros no Rio

Nesta semana, mais 15 bairros das zonas Norte, Sul, Sudoeste e Oeste do Rio recebem ações de prevenção às arboviroses (dengue, zika e chikungunya) e de controle vetorial, como parte da estratégia SVS na Rua. As atividades serão feitas entre os dias 15 e 16/4.

A programação começa hoje na Cidade de Deus, Curicica, Rio das Pedras e Inhoaíba. Amanhã será a vez dos bairros Laranjeiras, Rio Comprido, Tijuca, Penha, Inhaúma, Anchieta, Colégio, Itanhangá, Santa Cruz, Setúba e Paciência. Em Santa Teresa, as equipes seguem intensificando ações de cuidado contra



EDU KAPPS SMS/PREFEITURA DO RIO

arboviroses na região.

Em 2026, até o dia 4 de abril, 2.870.965 vistorias foram reali-

zadas em imóveis para prevenção e controle do Aedes aegypti e 424.721 depósitos que pode-

riam servir de criadouros de mosquitos foram tratados ou eliminados. Em 2025, foram realizadas 12.297.072 visitas a imóveis e 1.684.674 recipientes foram tratados ou eliminados.

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio também realiza ações educativas e de mobilização social para orientar a população sobre as medidas para a prevenção de arboviroses urbanas, visando despertar a responsabilidade sanitária individual e coletiva. Quando necessário, a população pode fazer pedidos de vistoria ou denunciar possíveis focos do mosquito pela Central 1746.

CABEDELO

Prefeito afastado na Paraíba sob suspeita de desviar R\$ 273 milhões

O prefeito de Cabedelo, na Grande João Pessoa, Edvaldo Neto (Avante), foi afastado do cargo ontem, no âmbito de uma operação do Ministério Público da Paraíba e da Polícia Federal, que busca desarticular um esquema de fraudes em licitações na prefeitura. Ele é suspeito de viabilizar desvios que podem chegar a R\$ 273 milhões.

Edvaldo estava à frente da prefeitura de forma interina desde 2025 e foi eleito no domingo, 12, em eleição suplementar realizada após a cassação do prefeito André Coutinho (Avante) e da vice Camila Holanda (PP) pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba por conta de irregularidades no processo eleitoral de 2024. Eles são acusados de compra de votos e envolvimento com facções criminosas. Ambos negam os ilícitos.

Na disputa, ele obteve 61% dos votos, superando o delegado da Polícia Civil Wallber Virgolino (PL). Antes de assumir a prefeitura, Edvaldo era presidente da Câmara Municipal de Cabedelo. Ele foi eleito vereador em 2020, pelo Republicanos, e reeleito em 2024, pelo Avante.

A operação que afastou Neto ontem investiga um esque-

ma de fraudes em licitações na prefeitura. Segundo os investigadores, a administração municipal teria sido capturada pela facção criminosa "Tropa do Amigão", apontada como braço do Comando Vermelho na região.

De acordo com as apurações, haveria um "consórcio político-criminoso" formado por agentes públicos, empresários e integrantes do Comando Vermelho, que teria utilizado contratos públicos como instrumento de poder, financiamento e controle territorial.

O esquema funcionaria por meio da empresa Lemon Terceirização e Serviços Ltda., utilizada para inserir indicados da facção na máquina pública, com contratações direcionadas e desvio de recursos disfarçados como pagamento de mão de obra. Em troca, haveria a manutenção do domínio territorial, com garantia de estabilidade política e redução de conflitos armados. A reportagem busca contato com a empresa citada. O espaço está aberto.

Ainda segundo o órgão, há evidências de um sistema de "troca" entre a facção e a gestão municipal, com oferta de apoio territorial em troca de cargos e contratos.

FORAGIDO

Eduardo Bolsonaro não comparece a interrogatório no STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) não compareceu ontem ao interrogatório marcado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na ação penal que trata do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

O depoimento estava previsto para ocorrer por meio de videoconferência, mas o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro não entrou na sala virtual. Por ser réu no processo, Eduardo não é obrigado a prestar depoimento.

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parla-

mentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Ele responde pelo crime de coação no curso do processo.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Antes de marcar o depoimento, Alexandre de Moraes determinou a notificação do ex-deputado por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular.

Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa seja realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

VULNERÁVEIS

Lula: é preciso convencer as pessoas em questões políticas

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem, que é preciso convencer as pessoas em questões políticas, porque senão elas ficam vulneráveis "a qualquer discurso, por mais que imbecil". A declaração do presidente foi feita durante a sanção do Plano Nacional de Educação (PNE), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

"Não pensem que todo mundo gosta quando a gente fala em educação, não pensem que todo mundo gostou quando a gente fala de cotas, não pensem que todo mundo gosta quando a gente fala de universidades para indígenas e quilombolas. Nós

que temos que convencer as pessoas, porque, se a gente não convencer, as pessoas ficam vulneráveis a qualquer discurso, por mais imbecil que seja", declarou o presidente.

Lula disse ainda que, se os jovens não estudarem, o Brasil não terá chances de ser competitivo no cenário geopolítico, em especial com a política adotada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"Nós temos que dizer para os nossos meninos e meninas que, ou eles estudam, ou esse país não tem chance de ser competitivo nesse mundo globalizado. E agora com esse Trump à solta, a nossa capacidade de competir é muito mais difícil", afirmou Lula.

ASSÉDIO SEXUAL

Nunes Marques abre inquérito contra Marco Buzzi, do STJ

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem abrir inquérito para apurar denúncias de assédio sexual contra o ministro afastado Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Isso significa que a Polícia Federal (PF) passará a atuar formalmente na investigação do caso, com prazo inicial de 60 dias para a conclusão.

A primeira acusação contra Buzzi foi feita por uma jovem de 18 anos, que disse ter sido importunada sexualmente pelo ministro durante um banho de

mar em Balneário Camború (SC), onde ela se hospedava na própria casa do magistrado, junto com seus pais.

Em seguida, com a repercussão do caso, ao menos mais duas mulheres buscaram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para também relatar assédio por parte de Buzzi, dessa vez no contexto de seu trabalho como magistrado.

Em fevereiro, o plenário do STJ decidiu afastar Buzzi cautelarmente, enquanto uma sindicância sobre o caso é conduzida por três ministros relatores - Francisco Falcão, Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo. O prazo para a conclusão dos tra-

balhos foi adiado no mês passado e deveria se encerrar nesta semana.

A defesa de Buzzi chegou a pedir ao STF a suspensão da sindicância no STJ, mas Nunes negou o pedido.

Na esfera criminal, o caso segue seu curso no STF, onde Buzzi tem foro privilegiado, sob a relatoria de Nunes Marques. O ministro analisa a denúncia apresentada pela mulher de 18 anos, que prestou depoimentos à polícia e ao CNJ.

DEFESA

Desde que o caso veio à tona, Buzzi nega as acusações. Em nota ontem, a defesa do ministro

afirmou que ele sofre "campanha sistemática de acusações veiculadas na imprensa".

O texto, escrito pelos advogados Maria Fernanda Ávila e Paulo Emílio Catta Preta, afirma que "os reveses jurídicos pontuais desta fase inicial não alteram a realidade dos fatos: o ministro não cometeu qualquer ato impróprio ao longo de sua trajetória".

"É inaceitável que, sob o pretexto de uma causa relevante, se promova um verdadeiro linchamento moral, baseado em ilações, contra um magistrado com mais de quatro décadas de atuação irrepreensível e sem qualquer mácula em sua trajetória", completa a nota.

CÂMARA

José Guimarães assume ministério e fala em 'derrotar o fascismo'

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O deputado federal José Guimarães (PT-CE) (foto) tomou posse, ontem, como ministro da Secretaria de Relações Institucionais. Guimarães ocupava o posto de líder do governo na Câmara dos Deputados e agora assume o cargo no lugar de Gleisi Hoffmann, que deve disputar uma vaga no Senado pelo estado do Paraná.

Em seu discurso, Guimarães se dirigiu aos presidentes do Senado e da Câmara, presentes no evento, no Palácio do Planalto. "Davi Alcolumbre e Hugo Motta, vocês podem nos ajudar muito a construir as bases para nós derrotarmos a ultradireita, o fascismo e construirmos cada vez mais a democracia no Brasil".

Elogiado tanto por Motta quanto por Alcolumbre pela sua habilidade política, Guimarães destacou a importância do diálogo e o papel do Congresso Nacional nas conquistas do governo.

"Não tem governo que dê certo que não tenha diálogo com o Congresso Nacional, porque o Congresso faz parte da construção da democracia. Você não constrói a democracia se não tiver diálogo com todos, sem deixar de reconhecer a pluralidade que é o Parlamento".

Como chefe da pasta das Re-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

lações Institucionais, caberá a ele comandar a articulação política do governo, sobretudo com a Câmara e Senado, mas também com estados e municípios e com a sociedade civil.

Entre os principais desafios de Guimarães para os próximos meses estão o avanço na pauta do fim da escala 6x1 de trabalho e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. Além disso, traba-

lhar na articulação política para garantir a aprovação, no Senado, do nome de Jorge Messias, indicado por Lula para ocupar uma vaga como ministro do Supremo Tribunal Federal.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, destacou a boa relação que Guimarães nutre no Congresso. Ele classificou o colega como "um cidadão que sempre se portou com máxima correção ao projeto político que

defende" e afirmou que Guimarães tem uma "ótima relação" até mesmo com parlamentares de oposição. Lula deu posse a Guimarães, mas não discursou no evento.

Guimarães é advogado, deputado federal pelo Ceará desde 2007 e atual vice-presidente do Partido dos Trabalhadores. Na liderança do governo na Câmara, assume o deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

MEIO AMBIENTE

Renaturalização de rios é estratégia contra enchentes nas cidades

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Chuvas extremas e enchentes têm sido fenômenos cada vez mais frequentes nas cidades brasileiras. Nesse contexto, a renaturalização de rios urbanos é uma das estratégias defendidas por especialistas para adaptar cidades aos impactos das mudanças climáticas. Recuperar e reabrir cursos d'água pode tornar os territórios mais resilientes.

A paisagista urbana Cecília Herzog, integrante da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (REC�), afirma que a requalificação de rios é uma medida urgente diante do cenário climático atual.

Segundo ela, o modelo de desenvolvimento que canalizou rios e impermeabilizou o solo com asfalto e concreto tem agravado os efeitos das chuvas.

"É importante lembrar que a água não desaparece. Com a chuva, ela sempre vai correr para os pontos mais baixos e, em algum momento, pode inundar essas áreas, principalmente nas

regiões mais planas ou de baixa-
da", diz Cecília.

Com menos áreas permeáveis, a água escoou mais rapidamente, aumentando o risco de alagamentos. A recuperação de rios, nesse contexto, precisa vir acompanhada de uma requalificação mais ampla da paisagem urbana, com ampliação de áreas verdes e sistemas naturais de drenagem. O solo permeável ajuda a desacelerar o escoamento.

"A água infiltra no solo, fica retida por algum tempo e depois segue seu curso de forma mais equilibrada. Em rios abertos, com seu curso natural e vegetação ciliar, o impacto da chuva é muito menor", explica a paisagista.

PROJETOS

Esse entendimento começa a ganhar espaço no país. Em São Paulo, o futuro Parque Municipal do Bixiga prevê a reabertura de parte do córrego do Bixiga, além da preservação de nascentes e ampliação de áreas verdes. O projeto é resultado de uma mobilização de mais de quatro

décadas da sociedade civil.

Em 2024, a Câmara Municipal aprovou a destinação do terreno para a implantação do espaço público e, em janeiro deste ano, a Prefeitura lançou um concurso público nacional para definir o projeto do futuro parque. O resultado deve ser anunciado em maio.

No Rio de Janeiro, um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima estuda a requalificação do Rio Maracanã com base em soluções naturais. Participam da iniciativa pesquisadores de universidades públicas e privadas.

A proposta inclui intervenções que devolvam ao rio parte de suas características originais e ampliem a capacidade de drenagem da região. Em março, foi firmada uma parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB RJ) para a realização de concurso público nacional de projeto para a renaturalização. Não há previsão para publicação do edital, mas a expectativa

é que saia ainda este ano.

NOVOS PADRÕES

A arquiteta e urbanista Juliana Baladelli Ribeiro, gerente de projetos da Fundação Grupo Boticário, destaca que a renaturalização faz parte de um novo paradigma de desenvolvimento urbano.

"Também fazem parte desse conceito a implementação de telhados verdes, jardins de chuva, valetas vegetadas, pequenas bacias de retenção, ampla arborização e outras estruturas que permitam reter temporariamente a água, favorecer a sua infiltração no solo e a evapotranspiração pelas plantas", explica.

Além de reduzir enchentes, essas soluções ajudam a amenizar ondas de calor, cada vez mais frequentes nas cidades.

As especialistas destacam que medidas isoladas não serão suficientes diante da intensificação dos eventos extremos. A adaptação climática exige ações integradas e planejadas de acordo com a realidade de cada território.

SENADO

Relatório final da CPI do Crime Organizado é rejeitado

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado rejeitaram o relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que, entre outros pontos, pedia o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foram seis votos contrários e quatro a favor do parecer. Com isso, a CPI encerra os trabalhos sem um documento final.

Antes da votação do relatório, o presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), criticou o fato de os trabalhos não terem sido prorrogados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

"Infelizmente, essa CPI não apresentou um resultado daquilo que nós almejamos. Nós fomos impedidos efetivamente de termos essa CPI tão importante do crime organizado que deixa a população fragilizada no seu direito constitucional que é segurança pública, porque, infelizmente, a Presidência dessa Casa não prorrogou a Comissão Parlamentar de Inquérito", disse.

Contarato também criticou o STF por, segundo ele, ter dificultado a oitiva de depoentes, o que impediu a CPI de coletar provas "de natureza objetiva e subjetiva".

No entanto, o presidente da CPI defendeu a importância da instituição para a democracia e também posicionou-se contra indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e do procurador-geral da República Paulo Gonet, proposto pelo relator.

"O ato de indiciamento é um ato de grande responsabilidade, porque você está lidando com a reputação e a vida das pessoas e isso é muito grave, isso é muito sério dentro da democracia. Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão

quando o pratica dolosamente", argumentou.

O senador disse ainda esperar que o STF faça uma autocrítica de determinadas posições, a exemplo dos habeas corpus que impediram diversos depoimentos e o impedimento de acesso a informações colhidas pela Polícia Federal.

"Acho que vai chegar um momento de fazer uma análise, uma autoanálise", pontuou.

A favor do relatório votaram: Alessandro Vieira (MDB-SE), Eduardo Girão (NOVO-CE), Espiridião Amin (PP-SC), Magno Malta (PL-ES). Contra o relatório: Beto Faro (PT-PA), Teresa Leitão (PT-PE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE), Soraya Thronicke (PSB-MS) e Rogério Carvalho (PT-SE).

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), também criticou o relatório. Ele ressaltou que uma CPI não é um lugar de disputa política, é um lugar de investigação.

"Do ponto de vista de indiciamento, (Fabiano) Zettel não foi indiciado, Daniel (Vorcaro) não foi indiciado, o ex-presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto) não foi indiciado", destacou Wagner, que votou contra o relatório do senador Alessandro Vieira.

"Se a Vossa Excelência mantivesse aqui as sugestões legislativas feitas, conte com o meu voto. Com o restante do processo de indiciamento, que na minha opinião não indicia a centralidade da sua CPI, que é do Crime Organizado, me perdoe, eu tenho que votar contra, porque eu não vou corroborar com a sanha de querer atacar instituição Supremo Tribunal Federal, como muitos têm feito aqui."

TROCA DE INTEGRANTES

Mais cedo, na abertura dos trabalhos, houve a troca de integrantes do colegiado. Os senadores Teresa Leitão (PT-PE) e

Beto Faro (PT-PA) substituíram os senadores Sergio Moro (PL-PR) e Marcos do Val (Avante-ES), integrantes do bloco partidário formado por MDB, PSDB, Podemos e União Brasil.

A substituição ocorreu a pedido do líder do bloco desses parlamentares, Eduardo Braga (MDB-AM), a quem cabe indicar os integrantes do colegiado.

O relator Alessandro Vieira imputou ao governo a troca de integrantes do colegiado e a derrota na votação.

Vieira defendeu o indiciamento de ministros do Supremo e disse que a derrota só "vai adiar a pauta".

"A decisão dos colegas pela não aprovação, após uma intervenção direta do Palácio do Planalto, reflete apenas um atraso na pauta. Ela pode não acontecer agora, mas tem data para acontecer", disse o senador após o resultado da votação.

A CPI investigou o modus operandi de facções e milícias em diferentes regiões do país. Além de investigar a ocupação territorial por facções, a CPI fez um levantamento dos crimes relacionados às atividades econômicas, à lavagem de dinheiro e de infiltração no Poder Público, como no caso do Banco Master.

O relatório foi apresentado após 120 dias de trabalho. Com 220 páginas, o parecer de Vieira traz um retrato do funcionamento do crime organizado no Brasil e propõe medidas para combater o avanço da criminalidade.

Para o relator, "o fenômeno da criminalidade organizada no Brasil atingiu um patamar de complexidade e enraizamento que representa uma ameaça concreta à soberania do Estado, à democracia e aos direitos fundamentais da população".

ORGANIZAÇÕES

De acordo com o relatório, 90 organizações criminosas foram mapeadas, sendo duas com

atuação nacional e transnacional e presentes em 24 estados e no Distrito Federal. Entre as organizações citadas estão o Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando Puro (TCP), do Rio de Janeiro; e Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo.

Para Vieira, essas facções criminosas atuam "como verdadeiros para-Estados, exercendo domínio territorial sobre comunidades inteiras, impondo regras de convivência, cobrando tributos ilegais e fornecendo serviços que deveriam ser de competência estatal".

Segundo o relatório, pelo menos 26% do território nacional estariam sob algum tipo de controle do crime organizado e 28,5 milhões de brasileiros vivem em áreas com a presença dos criminosos. A lavagem de dinheiro é apontada como "o mecanismo central de sustentação do crime organizado", presente na venda de cigarro, ouro, mercado imobiliário, bebidas, fintechs, criptomoedas e fundos de investimento.

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

Segundo Vieira, a CPI também identificou experiências exitosas no enfrentamento ao crime organizado, ao citar as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), presentes em todas as 27 unidades da Federação.

"A estratégia de descapitalização financeira, com mais de R\$ 4 bilhões apreendidos apenas na Operação Carbono Oculto, comprovou que atingir o patrimônio das organizações é mais efetivo do que a mera repressão policial convencional. A cooperação internacional, com ações policiais em 34 países e a prisão de 842 foragidos entre 2021 e 2025, evidencia que o Brasil dispõe de capacidade operacional significativa quando há recursos e articulação adequados", destacou.

que ninguém está acima da lei, mas os direitos constitucionais devem ser preservados.

"A presidência se solidariza, por isso, com os colegas ministros mencionados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Crime Organizado".

mente infundado", sem base jurídica ou sustentação em fatos.

Durante a sessão, o ministro Gilmar Mendes também criticou o documento da CPI. Ele afirmou que o pedido de indiciamento de integrantes do STF representa um "erro histórico", que não tem fundamento legal e reflete um uso indevido das atribuições da comissão.

Para Gilmar, o relator Alessandro Vieira, delegado de carreira, "se esqueceu dos seus colegas milicianos e decidiu envolver o Supremo Tribunal Federal por ter concedido um habeas corpus".

O ministro do STF Flávio Dino, que não é citado pela CPI, saiu em defesa da Corte pelas redes sociais. Em post no Instagram, ele classificou como um "imenso erro" tratar o Supremo como o principal problema do País e criticou o fato de o relatório não apontar nomes diretamente ligados ao crime organizado.

PNE

Lula sanciona o novo Plano Nacional da Educação

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, o novo Plano Nacional da Educação (PNE), em solenidade no Palácio do Planalto. A lei estabelece o planejamento estratégico para a educação brasileira nos próximos dez anos para todos os níveis e etapas de ensino, da educação infantil à pós-graduação.

Uma das medidas é a ampliação dos investimentos públicos em educação em até 10% do PIB no final do decênio.

Durante a cerimônia, Lula afirmou que o Brasil não precisa ter escolas públicas com gestão cívico-militar. "Vocês conseguiram fazer um Plano Nacional de Educação com 19 objetivos, com oito temáticas, com 73 metas, com 372 estratégias e muitas inovações. Isso

aqui é um retrato do que nós conseguimos fazer, não contra, mas para mostrar que o Brasil não precisa, na sua educação pública e gratuita, de uma escola cívico-militar", afirmou o presidente.

De acordo com o presidente, as escolas com modelo cívico-militar são importantes para jovens que querem seguir a carreira militar, e não devem ser utilizadas para a educação de todos. "A escola cívico-militar é importante quando uma menina ou um menino resolver seguir a sua carreira militar, eles vão se preparar militarmente", disse Lula.

Em 2023, o governo Lula decidiu encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, uma das prioridades do Ministério da Educação na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão foi tomada em conjunto pelo MEC e pelo Ministério da Defesa.

APOSENTADORIA

Lula defende previdência para quem trabalha com aplicativo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, que profissionais que trabalham com aplicativos também devem ter previdência social, que pode ser paga pelos próprios trabalhadores ou pelas empresas de plataformas digitais.

"É importante a gente convencê-lo de que se ele pagar, e pode ser pago pela própria plataforma, se ele tiver uma segurança social, se houver um acidente na moto, na bicicleta, no Uber, ele vai ter um amparo do Estado para ele se cuidar. O que ele não pode é ficar abandonado", explicou.

Em entrevista aos veículos Brasil247, Revista Fórum e DCM, Lula lembrou que o governo trabalha em um projeto para melhorar as condições de trabalho e dar mais proteção à classe, o que deve incluir esse tema do seguro social.

Para trabalhadores com carteira assinada, por exemplo, a contribuição é descontada automaticamente do salário pelo empregador e repas-

sada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para trabalhadores autônomos, o pagamento é feito como contribuinte individual ao INSS.

O presidente destacou que o projeto está sendo discutido com as entidades representativas para que tenha a aprovação da categoria.

Para Lula, o primeiro passo é garantir uma remuneração adequada para esses profissionais.

"Primeiro, eles têm que ganhar um pouco mais, porque as plataformas ganham muito e eles ganham pouco. Segundo, a gente tem que garantir um lugar para eles fazerem as necessidades deles, tomarem um banho, trocarem de roupa, para carregar o celular", defendeu.

"Eu estou há um ano tentando financiar moto, tentei trazer moto da China para vender mais barato. Ainda estamos pesquisando isso, para ver se a gente consegue ajudar para ele poder ganhar um pouco mais", disse o presidente.

TRIBUNAL ELEITORAL

Ministro Nunes Marques é eleito presidente do TSE

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

ministro André Mendonça.

O ministro Nunes Marques foi eleito ontem para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições. A posse está prevista para o final de maio. O mandato será de dois anos.

Marques vai assumir o comando do TSE após o fim do mandato da atual presidente, ministra Cármen Lúcia, que completará dois anos à frente do tribunal no fim de maio.

A votação foi simbólica porque a escolha do comando do tribunal é feita por antiguidade entre os ministros que também compõem o Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros usaram uma urna eletrônica na votação.

O vice-presidente será o

PERFIL

Natural de Teresina, Nunes Marques tem 53 anos e foi indicado ao Supremo, em 2020, pelo então presidente Jair Bolsonaro para ocupar a vaga deixada pelo ministro aposentado Celso de Mello.

Antes de chegar ao Supremo, atuou como desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília. Foi advogado por cerca de 15 anos e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí.

COMPOSIÇÃO

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

Fachin repudia pedido de indiciamento de ministros do Supremo pela CPI

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, repudiou ontem o pedido de indiciamento de ministros da Corte pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

do Crime Organizado do Senado.

Em nota divulgada à imprensa, Fachin disse que os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes foram "indevidamente" mencionados no relatório final da comissão, que foi rejeitado pelo colegiado no

início desta noite.

"Desvios de finalidade temática dessas comissões, todavia, enfraquecem os pilares democráticos e ameaçam os direitos fundamentais de qualquer cidadão", afirmou.

O presidente também disse

Toffoli reage a relatório de CPI e sugere cassar quem atacar instituições

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli afirmou ontem, que o relatório final da CPI do Crime Organizado pode levar seus autores a terem os mandatos cassados. Segundo ele, "a Justiça Eleitoral não faltará em punir aqueles que abusam do seu poder para obter votos num proselitismo eleitoral".

"É preciso por fim imediato a essa sanha de que atacar determinadas instituições dá voto. Atacar instituições é atacar o Estado democrático de direito, é atacar a democracia", acrescentou. As declarações foram feitas na abertura da sessão da Segunda Turma da Corte.

O relatório final da CPI, elaborado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), pede o impeachment dos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do STF, e do Procurador-Geral da República, do



ROSINEI COUTINHO/STF

Paulo Gonet, por supostas ações no caso do Banco Master.

De acordo com o relatório, os ministros e o chefe da PGR cometeram crimes de responsabilidade previstos na Lei 1.079/1950 por ações e omissões no caso.

Ao comentar o conteúdo do parecer, Toffoli disse que a iniciativa pode configurar abuso de poder e gerar sanções eleitorais.

"Não podemos deixar de nos furtrar a cassar eleitoralmente aqueles que abusaram, atacando as instituições, para obter voto e conspurcar o voto do eleitor. Porque é disso que se trata, quando surge um relatório aventureiro desse. É tentativa de obter votos", afirmou.

O ministro também classificou o documento como "completa-

CONSELHO EUROPEU

Costa diz que UE continua a dar apoio ao exército do Líbano

THAIS PORSCH/AE

O presidente do Conselho Europeu, António Costa, afirmou ontem, que a União Europeia (UE) continua apoiando o exército do Líbano para controle do território e desarmamento do Hezbollah, além de fornecer ajuda humanitária para o povo libanês.

Em entrevista à CNN, Costa disse que está "cruzando os dedos" por progresso nas conversas entre Líbano e Israel em Washington, ao mesmo tempo em que condenou o governo israelense por desrespeitar o direito internacional em seus ataques ao país vizinho.

Sobre o Estreito de Ormuz,

ele pontuou que um bloqueio "nunca é a resposta". "Um bloqueio não se resolve com outro bloqueio", enfatizou Costa, acrescentando que a conferência desta semana liderada por França e Reino Unido - uma coalizão de países dispostos a tomar medidas defensivas no Estreito de Ormuz - é o caminho mais viável a seguir.

"No mundo ideal, teríamos esse mandato do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), mas não é impossível agir em um quadro diferente", comentou sobre o veto recente da Rússia e da China de um desbloqueio de Ormuz.

ITÁLIA

Trump diz que Meloni carece de 'coragem' na guerra contra o Irã

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou em uma entrevista a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, até então uma aliada, e apontou sua suposta falta de vontade em ajudar na guerra contra o Irã.

"Fiquei surpreso. Achava que ela tinha coragem, mas me enganei", declarou ao jornal italiano Corriere della Sera.

Meloni, que governa a Itália desde outubro de 2022, tem sido uma das aliadas mais próximas de Trump na Europa e frequentemente tenta atuar como mediadora entre as opiniões divergentes dos Estados Unidos e do Velho Continente.

Trump afirmou que Meloni não quer que a Itália se envolva na guerra, que começou com os ataques de Israel e dos Estados Unidos contra o Irã, apesar de o país europeu obter grande parte de seu petróleo dessa região.

A entrevista foi publicada menos de um dia depois de Meloni ter classificado como "inaaceitáveis" as críticas de Trump

ao papa Leão XIV, após os repetidos apelos do pontífice para que se ponha fim à guerra no Oriente Médio.

O presidente americano declarou ao Corriere que é Meloni quem é "inaaceitável", alegando que ela não se importa se o Irã possui uma arma nuclear.

Ontem, Meloni afirmou que seu governo suspendeu a renovação automática de um acordo de defesa com Israel, citando "a situação atual".

"Tendo em vista a situação atual, o governo decidiu suspender a renovação automática do acordo de defesa com Israel", disse Meloni à margem de um evento em Verona, segundo as agências de notícias italianas ANSA e AGI.

A primeira-ministra italiana e outros integrantes do governo italiano condenaram duramente a campanha de ataques aéreos e bombardeios de Israel no Líbano, que atingiu civis e também um comboio italiano que integra uma força de paz da ONU.

ENTREVISTA

Lula se diz solidário ao Papa Leão XIV por criticar Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) endossou a crítica do Papa Leão XIV ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Recentemente, o papa disse que "Jesus não escuta quem faz guerra" e que a ameaça de Trump de destruir a civilização do Irã é "inaaceitável". As declarações de Lula ocorreram ontem, em entrevista aos sites Brasil 247, Diário do Centro do Mundo e Fórum.

"Ele está bem (o Papa). Eu estive com ele e saí muito bem impressionado", disse. "Quero ser solidário ao Papa", afirmou. "Ele está correto na crítica que ele fez ao presidente Trump. Ninguém precisa ter medo de ninguém", continuou.

Lula também criticou uma imagem de inteligência artificial compartilhada por Trump nas redes sociais. "Com relação ao Trump, eu espero que aos poucos ele vá aprendendo. Aquela imagem de Jesus Cristo, sinceramente, aquilo não contribui com quem acredita num sistema multilateral e na democracia", declarou.

Na imagem em questão, Trump aparece com uma túnica branca e um manto vermelho. As mãos do presidente

americano emitem luzes brilhantes, e a sua mão direita tocava a testa de um homem deitado. Trump disse que se tratava de um médico da Cruz Vermelha, e não de Jesus Cristo.

LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que a guerra dos Estados Unidos contra o Irã é "inconsequente" e relatou ter conversado a respeito do assunto com o presidente norte-americano, Donald Trump. As declarações ocorreram ontem, em entrevista aos sites Brasil 247, Diário do Centro do Mundo e Fórum.

"Eu acho que o presidente Trump faz um jogo eminentemente na tentativa de agradar o povo americano para tentar passar a ideia do país potente, do país preponderante, do país onipotente, daquele povo superior", declarou.

O presidente continuou: "Obviamente que nós somos admiradores dos Estados Unidos, um país que cresceu, se desenvolveu, maior economia do mundo, maior país bélico do mundo, maior tecnologia, tudo isso a gente admira.

REPARAÇÃO

Irã exige US\$ 270 bilhões de países do Golfo e Jordânia

PEDRO LIMA/AE

O Irã exigiu compensações de US\$ 270 bilhões de Bahrein, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Jordânia por seu papel no conflito no Oriente Médio, segundo carta do representante permanente do país na ONU, Amir Saeid Irvani, obtida pela agência russa RIA Novosti.

O documento, enviado ao secretário-geral da ONU, António Guterres, e ao Conselho de Segurança - presidido neste mês

por Bahrein - afirma que os países "devem realizar reparação integral" ao Irã, incluindo danos materiais e morais decorrentes de "atos internacionalmente ilícitos".

Teerã acusa essas nações de permitir o uso de seus territórios por forças dos Estados Unidos e de Israel para ataques contra o país, além de, em alguns casos, participação direta nas ofensivas. Segundo Irvani, tal conduta "é qualificada como um ato de agressão".

Os países do Golfo e a Jordâ-

nia negam envolvimento. O líder supremo iraniano, aiatolá Mojtaba Khamenei, já havia indicado que Teerã também busca compensações de Washington e Tel Aviv. A porta-voz do governo, Fatemeh Mohajerani, disse à RIA Novosti que os danos são estimados em US\$ 270 bilhões.

Em paralelo, Mohajerani alertou que um ataque a uma usina nuclear em operação no Irã teria impactos regionais. "Se, Deus nos livre, algo acontecer, toda a região sofrerá danos",

afirmou, destacando riscos ao Golfo Pérsico. A Organização de Energia Atômica do Irã informou que a usina de Bushehr foi alvo de ataques de EUA e Israel em 4 de abril, com a morte de um funcionário. A Rússia condenou os bombardeios.

Do lado israelense, o ministro da Defesa, Israel Katz, afirmou que a retirada de urânio enriquecido do Irã é "condição limiar" para encerrar a campanha militar, ao alertar que o material pode servir de base para retomar o programa nuclear.

EUA dizem barrar navios do Irã, mas dados mostram tráfego no 'Ormuz'

PEDRO LIMA/AE

O Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, na sigla em inglês) afirmou que nenhuma embarcação conseguiu ultrapassar o bloqueio imposto a portos iranianos nas primeiras 24 horas da operação, mas dados de mercado indicam movimentação no Estreito de Ormuz, evidenciando possível divergência sobre o

alcance da medida.

Em publicação no X, o Centcom disse que mais de 10 mil militares, apoiados por mais de uma dúzia de navios de guerra e dezenas de aeronaves, participam da missão. Segundo o comando, "nenhum navio passou pelo bloqueio" no período inicial, e seis embarcações comerciais foram orientadas a retornar a portos iranianos no Golfo de Omã.

Os EUA afirmam que o bloqueio é aplicado de forma imparcial a navios de todas as nacionalidades com destino ou origem em portos iranianos, ao mesmo tempo em que dizem preservar a "liberdade de navegação" no Estreito de Ormuz para rotas não relacionadas ao Irã.

Por outro lado, ao menos nove embarcações comerciais cruzaram o estreito desde segun-

da-feira passada, de acordo com dados da plataforma Kpler citados pela CNN. Entre elas estão os petroleiros Rich Starry e Elpis, ambos sob sanções dos EUA por ligações com o Irã. A diferença pode refletir a distinção entre o bloqueio específico a portos iranianos e o fluxo mais amplo de navios na região, mas também levanta dúvidas sobre a efetividade inicial da operação americana.

EUROPA

Ucrânia fecha acordo com a Alemanha para produção de drones

A Ucrânia e a Alemanha começaram a trabalhar em planos para a produção conjunta de drones avançados e outros sistemas de defesa testados em combate, afirmou o presidente Volodymyr Zelenski ontem, enquanto Kiev busca ampliar sua guerra de mais de quatro anos contra a invasão total da Rússia.

Alemanha e Ucrânia fecharam um pacote de defesa avaliado em 4 bilhões de euros, disse o ministro da Transformação Digital da Ucrânia, Mikhaïlo Fedorov.

"Propusemos à Alemanha um acordo bilateral sobre drones, abrangendo vários tipos de drones, mísseis, softwares e sistemas modernos de defesa. Nossas equipes estão iniciando trabalhos concretos", disse Zelenski em uma coletiva de imprensa conjunta com o chanceler Friedrich Merz (foto) durante uma visita a Berlim.

Merz afirmou que o compromisso da Alemanha em apoiar o esforço de guerra de Kiev é "um sinal muito claro" para a Rússia. "Não vacilaremos em nossos esforços para defender a Ucrânia", disse.

Os esforços diplomáticos liderados pelos Estados Unidos para encerrar a guerra da Rússia contra seu vizinho têm perdido força recentemente, à medida que a guerra no Irã ocupa a atenção do governo do presidente Donald Trump. Ainda assim, Tammy Bruce, vice-embaixadora dos EUA na ONU, disse ao Conselho de Segurança na segunda-feira passada, que Washington "continuará pressionando por um fim negociado e duradouro" para o conflito.

A Rússia ocupa cerca de 20% da Ucrânia até agora, incluindo a Península da Crimeia, anexada em 2014.

PRODUÇÃO DE ARMAS

A Ucrânia tem capacidade para produzir o dobro de equipamentos militares do que atualmente utiliza, mas carece de financiamento para ampliar a produção, segundo Zelenski. "Simplesmente não temos dinheiro suficiente", disse.



REPRODUÇÃO

Uma chave para destravar esse potencial está na obtenção de um empréstimo de 90 bilhões de euros prometidos da União Europeia, que vinha sendo bloqueado pelo primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán. No entanto, sua possível saída do cargo após eleições no fim de semana pode liberar os recursos. A Ucrânia precisa desses fundos "urgentemente", disse Merz.

O ministro da Transformação Digital da Ucrânia, Mikhaïlo Fedorov, que acompanhou Zelenski em Berlim, afirmou que Alemanha e Ucrânia fecharam um pacote de defesa avaliado em 4 bilhões de euros. O acordo representa "um grande reforço" para a defesa aérea ucraniana contra ataques russos, permitindo a Kiev comprar "várias centenas" de mísseis Patriot fabricados nos EUA.

Após Berlim, Zelenski seguiria para a Noruega, outro aliado importante, enquanto líderes de defesa de mais de 50 países parceiros se reunirão online hoje para coordenar ajuda militar à Ucrânia.

TROPAS UCRANIANAS

Kiev depende fortemente da inteligência dos EUA para atingir alvos dentro da Rússia e precisa de sistemas de defesa aérea mais sofisticados para conter ataques à sua rede elétrica. Se a guerra no Irã se prolongar, pode enfraquecer o apoio americano

à Ucrânia, teme Zelenski.

Além disso, o exército ucraniano enfrenta escassez de pessoal, com cerca de 200 mil deserções e aproximadamente 2 milhões de pessoas evitando o recrutamento, disse Fedorov em janeiro.

A Alemanha ajudará Kiev a facilitar o retorno de homens ucranianos em idade militar, afirmou Merz. "Precisamos de avanços rápidos e concretos aqui", disse.

Plataformas não tripuladas desenvolvidas internamente têm desempenhado papel crucial na contenção da invasão russa. A Ucrânia produz drones aéreos e marítimos, mísseis que já alcançaram cerca de 1.750 quilômetros dentro da Rússia, além de robôs de campo de batalha que ajudam a compensar a falta de tropas.

Zelenski afirmou na segunda-feira, 13, que oito países do Oriente Médio e do Golfo, além de Turquia, Iraque e países do Sudeste Asiático e da África, procuraram a Ucrânia para cooperação em segurança, especialmente na produção de drones testados em combate.

AVANÇOS

Apesar das dificuldades, analistas ocidentais e autoridades afirmam que a Ucrânia tem registrado avanços recentes contra o exército russo, maior em número, interrompendo uma

ofensiva de primavera iniciada por Moscou.

Ao mesmo tempo, drones e mísseis de longo alcance produzidos por Kiev têm atingido repetidamente instalações de petróleo e fábricas no interior da Rússia.

O presidente da Finlândia, Alexander Stubb, afirmou que a Ucrânia está "em uma posição muito melhor do que em qualquer momento desta guerra horrível".

"Do ponto de vista militar, a Ucrânia está em vantagem", disse, observando que no mês passado Kiev lançou mais drones e mísseis contra a Rússia do que o contrário.

Moscou também reivindica avanços, mas não foi possível verificar de forma independente as alegações de ambos os lados

ATAQUES RUSSOS

Enquanto isso, um ataque com míssil russo à cidade de Dnipro, no leste da Ucrânia, matou quatro pessoas e deixou 21 feridas, sendo 10 em estado grave, segundo autoridades regionais.

As vítimas, todas civis, estavam dirigindo ou passando pelo local no momento do ataque.

Em outro episódio, uma mulher de 52 anos morreu após um ataque de drone russo na cidade de Kherson, no sul do país, que também deixou um homem gravemente ferido.